

A CRECHE NO BRASIL: MAPEAMENTO DE UMA TRAJETÓRIA*

Zilma de Moraes Ramos de OLIVEIRA **

RESUMO: Conhecer um pouco da história da creche no Brasil pode esclarecer os debates que se realizam hoje sobre como ela pode promover o desenvolvimento da criança e quais propostas educacionais para a creche devem ser elaboradas. Mapear a trajetória da creche na realidade brasileira inclui detectar a dinâmica subjacente ao discurso de diferentes setores da sociedade quanto à questão e às iniciativas empreendidas, inserindo-os no contexto histórico da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento a crianças de zero a seis anos. Educação pré-escolar.

Em diferentes países no decorrer deste século, quando se dá a intensificação da atividade industrial e aumento da migração campo-cidade na crescente urbanização, pode ser pensado o uso político que tem sido feito da questão de qual seria o atendimento ideal para crianças de pouca idade. Seria aquele propiciado pela própria mãe, que daí não poderia exercer trabalho remunerado fora de casa, não podendo, portanto, competir com os homens em períodos de poucas oportunidades de emprego? Seria possível, por outro lado, pensar na criação coletiva de crianças em instituições especializadas como alternativa válida à educação estritamente familiar, tal como tem sido proposto e implementado em Israel, na China e, em alguns momentos, na Itália, na França?

Para se entender as dificuldades e os conflitos que esta situação acarreta, há que ser lembrado que, na ideologia sobre a divisão de trabalho no interior da família que prevalece em nossa sociedade, cabe à mulher não apenas a responsabilidade pela guarda e cuidado dos filhos, mas também pela efetivação de todo um conjunto de tarefas do-

** Professora Assistente do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

* Apresentado no II Seminário Regional da SBEC/Sudeste, São Paulo, USP, abril de 1987, este trabalho inclui-se no coletivo de pesquisas acerca de Condições de Desenvolvimento das Crianças em Creches, coordenado pela Profa. Dra. Maria Clotilde Rossetti Ferreira, da FFCRLRPUSP, com o auxílio do CNPq e FAPESP.

mésticas ligadas à alimentação, cuidados relativos ao vestir, limpar a casa, e outras. Conforme a camada social a que pertença, a mulher pode, ela própria, assumir estas tarefas ou cuidar para que alguém, em geral outra mulher, o faça sob forma de serviços de uma empregada doméstica.

Todos estes pontos foram levantados porque torna-se instigante pensar a *creche* como contexto de desenvolvimento para a criança pequena, desde que, cada vez mais mulheres de diferentes camadas sociais estão assumindo trabalho e outras atividades fora de casa, como o estudo e a participação na comunidade necessitando, portanto, de ajuda no cuidado e educação de seus filhos.

Como ocorre em todas as outras formas pelas quais uma dada sociedade cria uma instituição para responder às suas necessidades, a creche insere-se a cada momento, em um contexto mais abrangente, onde concepções sobre criança, mulher, família, educação infantil, trabalho em geral, trabalho feminino, direitos sociais, obrigações do Estado vão sendo modificados.

A história da creche liga-se a modificações no papel da mulher em nossa sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. As mudanças daquele papel inserem-se no conjunto complexo e contraditório de fatores presentes em nossa organização social com suas características econômicas, políticas e culturais.

Conhecer um pouco da história da creche no Brasil pode esclarecer os debates que se realizam hoje em diferentes instituições sobre como promover o desenvolvimento da criança e sobre que propostas educacionais para a creche devem ser elaboradas.

Na realidade brasileira, a creche deve ser pensada no âmbito da evolução da economia capitalista no país, que incluiu a expansão da atividade industrial e do setor de serviços, dentro de uma perspectiva de urbanização cada vez maior. Há que se considerar que, em sua trajetória, o desenvolvimento urbano não se fez em ritmo constante, nem sem problemas. Antes tem refletido as múltiplas contradições da organização econômica, política e social do país. Nele coexistem crescimento com miséria e desemprego, havendo desigual uso dos bens sociais pelas diferentes camadas sociais.

Até o início do século, o atendimento de crianças em creches inexistia basicamente no Brasil. O que havia no sentido de cuidado da criança pequena longe da mãe no meio rural era a absorção natural das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento das mesmas nas "rodas de expostos" existentes em algumas cidades, cria-

das desde o início do século XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com que elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão-de-obra barata (Mesgravis-1975). Creches, asilos e internatos eram vistos nas vilas existentes como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar dos problemas dos pobres.

As idéias de abandono, pobreza, culpa, favor, caridade, acompanham as formas precárias de atendimento a menores neste período e, por muito tempo, talvez mesmo até hoje, tais idéias vão permear concepções acerca do que é creche.

Esta situação em relação ao cuidado de crianças pequenas longe da mãe, que vinha desde os séculos XVII, XVIII e XIX, vai modificar um pouco quando se iniciou a implantação de indústrias no país, a partir da segunda metade do século passado. Intensifica-se aí a transformação de uma estrutura econômica agrária, onde o trabalho podia ser realizado pela família, para uma estrutura industrial que passa a incluir a separação física entre local de moradia e local de trabalho e onde cada indivíduo era considerado como assalariado independente.

Como a maioria da mão de obra masculina estava na lavoura, as fábricas criadas na época tiveram de incorporar grande número de mulheres no trabalho. O problema do cuidado de seus filhos enquanto trabalhavam não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se estabeleciam, o que levou a soluções emergenciais criadas pelas próprias mães em seus núcleos familiares ou as oferecidas por outras mulheres que se propunham a cuidar dos filhos das operárias em troca de dinheiro.

A urbanização e a industrialização trouxeram, pois, em seu bojo um conjunto amplo de fatores que modificaram a estrutura familiar tradicional no que se refere ao cuidado aos filhos pequenos. Tal modificação foi logo sentida entre as mulheres das camadas sociais mais pobres, que tiveram que assumir trabalho remunerado para garantir a própria sobrevivência da família, muitas vezes na situação de chefe da casa.

Todavia, embora a necessidade de ajuda ao cuidado dos filhos pequenos estivesse ligada a uma situação criada pelo próprio sistema econômico, tal ajuda não foi reconhecida como um dever social, sendo apresentada como um favor prestado, um ato de caridade, de certas pessoas ou grupos.

Já no início deste século, passaram as fábricas também a absorver imigrantes europeus que chegavam, em geral jovens e do sexo masculino e, portanto, imediatamente produtivos (Dean, 1978). Entre estes havia trabalhadores mais qualificados e politizados pelo contato com movimentos operários que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos.

Decresce nesta época a participação da mulher no setor operário com a incorporação dos imigrantes e com a maior tendência dos homens aqui nascidos para se incorporarem ao trabalho fabril. Permanece grande, todavia, a proporção de mulheres no trabalho agrícola. Apesar do decréscimo daquela participação, o problema da mulher-operária em relação a seus filhos pequenos teve de alguma forma pequeno atendimento a partir dos movimentos operários atuantes na década de 20 nos centros urbanos mais industrializados do país. Aqueles movimentos procuravam organizar os operários para lutarem por seus direitos e protestarem contra as condições precárias de trabalho e de vida a que se achavam submetidos: baixos salários, longas jornadas de trabalho, ambiente insalubre, emprego de mão de obra infantil.

Havia no Brasil, ao estourar a Primeira Guerra Mundial na Europa, várias centenas de sindicatos, em sua maioria de orientação anarco-sindicalista e, principalmente, compostos de imigrantes, (Dean, 1978). Tais sindicatos eram combatidos fortemente pelas associações comerciais e industriais, ou seja, pelas associações patronais também então criadas.

Os empresários, procurando enfraquecer os movimentos operários, foram por sua vez modificando sua política de repressão direta aos mesmos e concedendo certos benefícios sociais como forma de disciplinar, de arrefecer suas oposições, controlando as formas de vida dos operários, dentro e fora da fábrica.

Segundo Rago (1985) o desejo patronal era de impedir a auto construção espontânea do proletariado enquanto classe e era realizado de modo cada vez mais sofisticado e ramificado à medida em que a maior organização do movimento operário ameaçava fazê-lo escapar do controle do poder. A prática patronal oscila então entre o exercício da repressão direta e o "paternalismo" defendido por alguns patrões.

Sob o manto do paternalismo e para atrair e reter a força de trabalho, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos de operários, em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e várias cidades no interior de Minas Gerais e do Norte. Sendo de propriedade das empresas, estes equipamentos sociais eram usados por estas no ajuste das relações de trabalho (Blay, 1975).

O fato de o filho da operária estar sendo atendido em creches ou escolas maternas montadas pelas fábricas passou, inclusive, a ser reconhecido por alguns empresários como trazendo vantagens para a produção da mãe (Pinheiro e Hall, 1981, p. 212).

Nos centros urbanos que se industrializavam rapidamente e que não dispunham de infra-estrutura urbana em termos de saneamento básico, moradias, etc., sofrendo assim o perigo de constantes epidemias

a creche era defendida, na década de 30, por sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão de obra importada, que dispunha, em geral, apenas de moradias insalubres (Blay, — 1975).

Estas poucas conquistas ocorridas em algumas regiões operárias não se fizeram contudo sem conflitos. Tanto o discurso dos patrões como o próprio movimento operário consideravam um ideal de mulher voltada para o lar, o que contribuía para que as poucas creches criadas continuassem a serem vistas como paliativos, como situação anômala (Pena, 1981). Não era colocado que a inserção contraditória da mulher no mercado de trabalho era própria da forma de implantação capitalista, aprovada pelo patriarcalismo da cultura brasileira.

As poucas creches fora das indústrias, nas décadas de 20, 30, 40 e 50, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Em sua maioria, estas entidades foram, com o tempo, passando a receber ajuda governamental para desenvolver seu trabalho, além de donativos das famílias mais ricas.

Em geral, o trabalho junto às crianças nas creches era de cunho assistencial-custodial. A preocupação era com alimentar, cuidar da higiene e da segurança física. Não era valorizado um trabalho voltado para a educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Enquanto isso, os primeiros jardins de infância, criados desde a última década do século passado para os filhos das camadas privilegiadas, desenvolviam toda uma programação pedagógica, como relata Kishimoto (1986) analisando as origens da pré-escola em São Paulo.

Na década de 30, no quadro das tensões sociais existentes e procurando regulamentar as relações entre patrões e empregados, o Governo Vargas, ao mesmo tempo que resguarda interesses patrimoniais, reconhece alguns direitos políticos dos trabalhadores, criando para isso algumas legislações específicas. A manutenção da ordem social pelo Estado adotava desta forma uma estratégia combinada de repressão e de concessões às reivindicações dos trabalhadores, no terreno da legislação social (Gomes, 1982).

A Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 já dispõe alguns pontos sobre o atendimento dos filhos das trabalhadoras. As mudanças na CLT ocorridas em 1967 colocam o atendimento ao filho das trabalhadoras apenas como a organização de berçários pelas empresas e abrindo espaço para que outras entidades, que não a própria empresa empregadora da mãe, realizassem aquela tarefa através de convênios.

O poder público não se propunha a assumir a criação de creches e tampouco cumpriu, desde então, o papel de fiscalizador da oferta de

berçários pelas empresas. Em geral, esta pequena conquista não foi efetivada. Poucas creches e berçários junto às empresas são então organizados.

Novo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho foi observado na segunda metade deste século, explicado pelo incremento da industrialização e da urbanização no país. Creches e parques infantis que atendessem crianças em período integral passam a ser cada vez mais procurados por operárias, empregadas domésticas, trabalhadoras no comércio e funcionárias públicas (Oliveira, 1985).

No período de 1940-60, quando se intensificam as políticas populistas que respondiam ao agravamento dos conflitos sociais no âmbito do projeto nacional-desenvolvimentista que se buscava implantar, continuou o atendimento em creches a ser feito de forma assistencialista.

O destaque ao tema é dado pelo discurso médico, que volta a propor medidas de promoção de saúde junto à população mais pobre, e por certos grupos sociais preocupados com a organização de instituições para evitar a marginalidade e a criminalidade de vastos conjuntos de crianças e jovens daquela população. Estas perspectivas defendiam vantagens da creche como agência promotora da segurança e da saúde, sem contudo aprofundar uma análise crítica dos fatores econômicos, políticos e sociais presentes nas condições de vida da população mais pobre.

Novos elementos à questão do atendimento em creches são trazidos a partir da década de 60, especialmente. O crescimento do operariado, o começo de organização dos trabalhadores do campo para reivindicar melhores condições de trabalho, a incorporação crescente também de mulheres da classe média no mercado de trabalho e a redução dos espaços urbanos de brinquedo para as crianças, como os quintais e as ruas, fruto da especulação imobiliária, do agravamento do trânsito e da preocupação com a segurança, contribuíram para que a questão da creche fosse novamente defendida como instituição necessária a alguns segmentos sociais.

As características do sistema econômico adotado no Brasil, de capitalismo dependente e concentrador de riquezas, continuou impedindo que a maioria da população tivesse satisfatórias condições de vida. O baixo salário e a falta de extensão de serviços de infra-estrutura urbana para atender às necessidades sociais agravam a questão da creche, que nessa altura não é mais aceita apenas como uma ajuda filantrópica ou empresarial, mas começa a ser reivindicada pela população mais pobre como necessidade de mães, que precisam trabalhar pela subsistência da família.

No período dos governos militares pós-1964, as políticas adotadas a nível federal, através de órgãos como o Departamento Nacional da

Criança, LBA, a FUNABEM, continuam a acentuar a idéia de creche como equipamento social de assistência à criança carente, intensificando-se ainda mais a política de ajuda governamental às entidades filantrópicas. Muitas destas, influenciadas pelo tecnicismo que vai se infiltrando na área de Serviço Social, passam a esboçar uma orientação mais técnica a seu trabalho junto às crianças, incluindo preocupações com aspectos da educação formal. (Vieira, 1986)

Nesse contexto, teorias de privação cultural foram invocadas nas décadas de 60-70 para explicar a idéia de marginalidade das camadas sociais mais pobres na escola. O atendimento à criança destas camadas, em instituições como pré-escolas, parques infantis e creches, possibilitaria a superação das condições sociais a que ela estava sujeita, mesmo sem a alteração das estruturas sociais que geraram aqueles problemas (Scheibe, 1984, Kramer, 1982). Assim, sob o nome de «educação compensatória», foram elaboradas propostas de trabalho junto às creches e pré-escolas defendendo a estimulação precoce e o preparo para a alfabetização (Sebes, 1972).

A grande expansão, a partir da década de 60, de pré-escolas para atender crianças da classe média e alta e que se preocupavam com o desenvolvimento infantil como um todo, com destaque à criatividade e à sociabilidade, modificou algumas representações sobre educação infantil, valorizando o atendimento fora da família, a crianças de idade cada vez menor. Estes aspectos em relação à educação pré-escolar terminam influenciando positivamente o aparecimento de novas posições em relação à creche por parte de alguns grupos sociais.

Na década de 70, aumentam as creches e berçários mantidos por entidades particulares para crianças da classe média, em geral filhos de profissionais liberais, e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Nos grandes centros urbanos, neste período, a reivindicação de amplas parcelas da população por creches intensificou-se e adquiriu conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal ou empresarial e exigindo a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado (Gohn, 1985). Os grupos populares que encabeçavam esta reivindicação junto a órgãos públicos municipais e os grupos de mulheres que lutavam pela creche nos sindicatos e associações de classe foram apoiados pelos movimentos feministas então atuantes.

Os resultados dos movimentos populares de luta por creches foi um aumento, naqueles centros, do número de creches diretamente mantidas e geridas pelo Poder Público e aumento de creches particulares conveniadas com o governo municipal, estadual ou federal.

Negociações trabalhistas ocorridas no período passaram a intensificar a discussão do atendimento ao filho do trabalhador e resulta-

ram também em aumento das creches mantidas por empresas industriais e comerciais e por órgãos públicos para os filhos de seus funcionários e a concessão, por algumas empresas, de uma ajuda de custo às funcionárias com filhos pequenos para pagarem creches particulares de sua livre escolha. (Vide Suplemento CRECHE dos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, publicado em Novembro de 1982 e o artigo de Teles e cols., 1986).

A insuficiência do número de crianças atendidas nas creches levou o poder Público, que não se comprometia com políticas que efetivamente resgatassem a dívida social contraída, pelo modelo econômico adotado, com as populações mais pobres, a incentivar outras iniciativas de atendimento à criança pequena como as "mães-crecheiras", os "lares vicinais" ou "creches domiciliares". Tais formas de atendimento, que de há muito a comunidade carente já lançava mãos, constituem uma alternativa emergencial e inadequada, dada a precariedade com que é em geral realizada (Bonamingo, 1984; Rosemberg, 1986).

Enquanto isso, a partir de iniciativas da própria população, tem havido um maior aparecimento de creches comunitárias nos últimos anos, muitas vezes desvinculadas do apoio governamental e geridas pelos próprios usuários, em geral população de classe média e classe baixa.

Recentemente, no bojo dos compromissos publicamente assumidos pelo Governo Civil na Nova República para garantir o equilíbrio social, superando situações de extrema pobreza a que se acha submetida grande parte da população brasileira foram propostas novas políticas em relação às creches, incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado em 1986.

Começa a ser aceito que a creche não diz respeito apenas à mulher ou à família, mas também ao Estado e às empresas.

A questão da creche é cada vez mais frequentemente incluída nas campanhas eleitorais de candidatos a prefeitos e governadores nos anos de 1985 e 1986, e colocada nos planos de governo de muitos dos eleitos.

O exame das propostas governamentais que estão sendo hoje apresentadas em relação a creches ainda está por ser feita. Tal exame deve criticar a concepção de creche que permeia a proposta oficial, se colocada como um favor, uma necessidade ou um direito, e deve avaliar as propostas apresentadas de trabalho junto às crianças. Será possível então investigar se ocorrem hoje posições e práticas efetivamente novas em relação à creche ou se ela continua a ser tratada como mais um elemento presente na "arte de varrer p'rá debaixo do tapete".

A história da creche difere da história da escola básica. Esta última foi, primeiro, a escola para os filhos das classes médias e altas,

e a população mais pobre teve, e ainda tem, de brigar para nela entrar e permanecer. A creche, por outro lado, nasceu acolhendo os pobres e, apenas recentemente, tem sido tomada e recriada pela classe média.

A verdadeira luta travada pelas mulheres por creches para filhos em todo o período apresentado, ensinou-lhes a reconhecer a creche como um direito da população e, mais ainda, como um direito da criança dispor de um espaço próprio para sua educação, complementar à educação familiar.

A creche para atender crianças de zero a quatro anos, de diferentes camadas sociais, pode ser organizada de modo a se constituir um contexto de desenvolvimento infantil extremamente rico de oportunidades para conviverem, amarem, jogarem, construindo conhecimentos, papéis e a si mesmas como sujeitos. Podem então estas crianças se instrumentalizarem para participar da dinâmica social e lutar por uma sociedade mais justa.

Hoje, como coloca Campos (1986), é devido à posição que entende a oferta de creches e pré-escolas públicas não só como uma resposta ao direito da mulher à igualdade na sociedade, mas também como uma exigência relativa ao direito das crianças à educação que, tanto a creche como a pré-escola, devem ser incluídas também na parte da Constituição que trata da educação.

A creche deve estar nela concebida como uma extensão do direito universal à educação para as crianças de 0 a 6 anos, sendo obrigação do Estado a oferta de creches entendidas como constituindo uma modalidade de ensino, a um número cada vez maior de crianças.

SUMMARY: The dynamics of the discourses about the objectives and functions of day care centers for children formulated by different social groups in different historic moments are discussed in this article.

KEY-WORDS: Care for 0 to 6 years old children. Preschool education.

BIBLIOGRAFIA

- BLAY, E.A. *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo.* S. Paulo, Nobel, 1985.
- BONAMIGO, E.M.R. *Lares vicinais em Porto Alegre: avaliação de um programa para crianças de 0 a 6 anos de idade.* *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo (51):33-45, Novembro/1984.
- CAMPOS, M.M. *A constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos.* *Cadernos de Pesquisa* (59):57-65, nov. 1986.
- CRECHE — *Suplemento dos Cadernos de Pesquisa,* São Paulo (43), Novembro/1982.
- DEAN, W. *A industrialização durante a República Velha,* in Fausto, B. (org.) — *História Geral da Civilização Brasileira,* Tomo III, vol. 1, cap. 2: 251-283. Rio de Janeiro, Difel, 1978, 2ª ed.

- GOHN, M.G.M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GOMES, A.M.C. *Empresariado e legislação social na Década de Trinta*. In *Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília, UnB, 1982.
- KISHIMOTO, T.M. *A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1986.
- KRAMER, S. *Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (42):54-62, Agosto, 1982.
- MESGRAVIS, L. *A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIV*. *Revista de História*. (103):401-423, 1975.
- OLIVEIRA, Z.M.R. *Dos parques infantis às escolas municipais de educação infantil: um caminho de 50 anos*. *Escola Municipal*. São Paulo, 18(3):11-18.
- PENA, M.V.J. *Mulheres e Trabalhadoras. A presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PINHEIRO, P.S. *Classes Médias Urbanas: formação, natureza e intervenção na vida política*. In, Fausto B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. II, cap. 1:9-37, Rio de Janeiro, Difel, 1978.
- PINHEIRO, P.S. e HALL, M. *A classe operária no Brasil (1889-1930): condições de vida e trabalho, relações com o empresariado e com o Estado*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- RAGO, L.M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ROSEMBERG, F. *Creches domiciliares: argumentos e falácias*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, 54:73-81, Fevereiro, 1986.
- SÃO PAULO (Cidade). SEBES — Secretaria do Bem Estar Social. *Projeto Centros Infantis*. Programação Sócio-Educativa, 1972.
- SCHEIBE, L. et al. *Educação compensatória ou compensação educativa?* In Mello, G.N. (org.). *Educação Nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo, Loyola, 1984.
- TELES, M.A.A.; MACHADO, M.A. e GRAGNANI, A.M.C. *Creches e berçários em empresas privadas paulistas*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (57):39-54, Maio, 1986.
- VIEIRA, L.M.F. *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensação de carências rumo à construção de um projeto educativo*. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 1986.

(Recebido em 4-03-88

e liberado para publicação em 13-05-88)